

2 ADÁGIO

O século XVIII deveria ser colocado no Panteon.
[Louis-Antoine SAINT-JUST]

Por que [...] sou obrigado a repetir a versão corrente e colocá-la no Panteon?
[Capistrano de ABREU]

Basta ter olhos para perceber a riqueza dos acontecimentos, em diversos lugares do mundo ocidental, que marcaram a segunda metade do século XVIII. Com esses mesmos olhos e um pouco de curiosidade genealógica, percebe-se também a riqueza das repercussões que alguns desses acontecimentos tiveram em várias partes, especialmente na grande conquista portuguesa da América do Sul. A guerra de independência das colônias inglesas da América do Norte (1776-1783), o levante da população indígena liderado pelo inca Túpac Amaru (1780), a rebelião dos negros escravizados na colônia francesa de Santo Domingo (1791-1804) e a celebrada revolução de sua metrópole principiada em 1789 tiveram repercussões diversas nos domínios portugueses da América. Na cultura política e na arte literária, nos questionamentos sociais e na reflexão filosófica, esses episódios – que apresentavam, quase todos, uma aura de espontaneidade irresistível – tiveram desenvolvimentos e cristalizações relevantes para o entendimento da sociedade da época.⁶

Mas não apenas para o entendimento daquela época, que hoje sugere uma distância aparentemente invencível para a consciência contemporânea. Afinal, pode-se percebê-la como momento vinculado a “uma sociedade e um regime político que [...] foram destituídos de sua realidade e mesmo de sua legitimidade ao receberem, a um só tempo, o golpe dos revolucionários e o nome de *antigos*” (RIBEIRO, 1993, p. 9). A crise de legitimidade do antigo regime, que resultaria, entre outros eventos, nas lutas pela libertação de conquistas coloniais européias, era *con*-seqüência de uma

⁶ “Ao contrário das revoluções do século XVIII, as do período pós-napoleônico foram intencionais ou mesmo planejadas” (HOBBSAWM, 1977, p. 163). A revolução francesa de 1789, “por ali se ter o conflito social radicalizado mais fundo”, transformou-se “no centro de expansão” do grande ciclo ocidental das revoluções liberais. Esse movimento se manifesta em muitos outros lugares (NOVAIS, 1979, p. 3).

reformulação do pensamento ocidental nos campos político, estético, moral e cultural. O limiar dos tempos modernos, com as hesitações e os constrangimentos com que se processou na América colonial, tem bastante a contar para a nossa memória contemporânea.

O Iluminismo europeu, ou mais propriamente o círculo francês de idéias que se iniciou aproximadamente no começo do século XVIII, trouxe estímulos para modificações e rupturas por vezes radicais – ao lado, não se esqueça, da contrafação de desigualdades políticas e segregações sociais, que marcavam a política de Estados europeus e suas relações com colônias ou regiões tornadas e mantidas subalternas.⁷ O espírito daquelas ilustradas idéias, gerado em condições metropolitanas, ganhava sentidos novos em ambiente colonial. Além disso, há de se considerar a grande influência, no ambiente português, da vertente italiana do Iluminismo, que não apreciava as propostas de reformas sociais e econômicas, idéias recorrentes no pensamento francês. O pensamento de cunhagem iluminista, heterogêneo e múltiplo desde o nascedouro, prolongaria alguns singulares membros até configurações políticas e culturais dos nossos dias. As idéias de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, como campo de saber que procura justificar desigualdades econômicas no mundo pós-colonial, são exemplos desse prolongamento.

No terreno específico da história da literatura luso-brasileira, o século XVIII não deixa de colocar momentos preciosos e sintomáticos em cena. Século praticamente inaugurado, para a satisfação de Portugal e (tanto ou mais) de associados europeus, pelas descobertas das minas do Brasil (por volta de 1690: ano

⁷ Inglaterra e França concorrem na formulação ideológica do “Século das Luzes”, mas sua circulação internacional mais ampla deve-se às versões francesas da reflexão filosófica. “Os franceses dotaram o materialismo inglês de espírito, de carne e de sangue, de eloquência” (MARX, 2003, p. 148). Jules Michelet diria que “o espírito cativo, que se cala nas espécies inferiores, que sonha no mundo bárbaro [...], encontrava uma voz, um órgão”, na França: “O planeta fala através de três homens: Voltaire, Jean-Jacques e Montesquieu” (MICHELET, 1989, p. 83). Não se deve esquecer as vozes italianas que ecoavam pela Ibéria. Vale considerar também o fato de a elite que na América Portuguesa se fixava cultivar forte *deslumbramento* pela França. “Deslumbramento é admiração sem senso crítico” (KOTHE, 1997, p. 350).

em que foi fundada a Arcádia Romana),⁸ só então condições se agregaram na Colônia para o surgimento de manifestações literárias mais sistemáticas. Ambientes urbanizados davam o ar da graça e da desgraça, criando meio propício à “futura nobiliarquia do crédito, os ricos da exportação, distribuidores dos produtos do Reino, reguladores da fome urbana” (CASCUDO, 1958, p. 6). Alguns dos mais celebrados historiadores brasileiros demarcaram-lhe o caráter de primeiro “momento decisivo de nossa história” (ROMERO, 1980b, p. 404; CANDIDO, 1993, p. 41).⁹

Entretanto, a vida social na Colônia apenas esboçava seus primeiros gestos, esbarrando em dificuldades resultantes de uma continuada administração sem escrúpulos e de escassa inteligência, somadas aos muitos interesses que sobre ela incidiam. “Havia arremedo de vida social” na própria sede do vice-reinado, o Rio de Janeiro (CASCUDO, 1958, p. 6). Capistrano de Abreu é categórico quanto à “obra de três séculos” de colonização: “Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam [...]. É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania” (ABREU, 2000, p. 242). Esta ausência de vida social faz pensar que a produção literária reduzia-se a simples *manifestações*, carentes ainda de sistematicidade; ou que a literatura, “como fenômeno de civilização” (na expressão, mais uma vez, de Antonio Candido), não necessita de organização social equilibrada e sem vertiginosos abismos – quando há uma elite política, econômica e intelectual que detenha espírito e letras em suas poderosas e ilustradas mãos. Ou quando, entre os abismos que

⁸ Como se verá adiante, a aproximação cronológica não é a única a vincular a produção aurífera brasileira com a Arcádia Romana (que serviu de modelo próximo para a Arcádia Lusitana, fundada em 1756 por três bacharéis em Direito). Não é sem razão que Cláudio Manuel da Costa expressa seu inevitável destino de “adorar a preciosidade daqueles metais, que têm atraído a este clima corações de toda a Europa!” (COSTA, 1996, p. 47). Muitos desses *corações* retornavam a *toda a Europa* com o ouro do Brasil.

⁹ Quanto ao “momento decisivo” das descobertas das minas do Brasil, Oswald de Andrade pontifica: “Advém daí um clima de otimismo afirmando que elas vão dar ouro ‘enquanto o mundo durar’ e que acabarão mais facilmente os negros escravos que o metal. Os negros não acabam, ao contrário, vêm empacotados nos marmotos dos veleiros” (ANDRADE, 1995, p. 64).

recortam a sociedade, preservem-se ainda pontes ilusórias e pacificadoras de tensões. Suposição que remete a uns versos bastante sintomáticos daquele momento:¹⁰

Um Reino bem regido não se forma
Somente de soldados; tem de tudo;
Tem milícia, lavoura, e tem Comércio.
[...]
Pois os corpos civis são como os nossos,
Que tendo um membro forte, e outros débeis,
Se devem, Doroteu, julgar enfermos.

(Tomás Antônio GONZAGA, 1995, p. 190-1)

É sem dúvida um momento de complicação social e cultural da Colônia. Ao lado de uma consciência da classe proprietária colonial semi-estabelecida, que começava a perceber a rivalidade dos poderosos interesses metropolitanos, surge a consciência, no letrado brasileiro que nascia, “de sua qualidade intelectual” (PICCHIO, 1997, p. 119). Na lenta formação da psicologia dos colonos, alguns triunfos e a revolta pela espoliação continuada da Metrópole entraram na composição de um brioso ânimo próprio.¹¹ “São dignos de atenção...”, celebrava um poeta (PEIXOTO, 1960, p. 37). O declínio político e econômico português impunha sua decadência também ao dourado luxo da literatura. Apresentando-se débil e decadente a literatura do Reino naquele momento, a poesia que na Colônia se lavrou parecia ser, depois do ouro, seu metal mais precioso. “Vemos quanto o Brasil contava no organismo da

¹⁰ Antonio Candido distingue *manifestações literárias* de “literatura propriamente dita, considerada [...] um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase” (CANDIDO, 1993, p. 23). Não pretendo desfazer ou contradizer a proposta de Candido. Apenas chamo atenção aqui para essa possível defasagem entre sociedade e literatura (ou para os vínculos entre literatura e classes dirigentes). “O texto produzido não tinha caráter ‘público’: circulava só no [reduzido] círculo dos iniciados” (KOTHE, 1997, p. 370). Ademais, o próprio Candido apontaria traços desse problema: “Com efeito, o escritor se habituou a produzir para públicos simpáticos, mas restritos, e a contar com a aprovação dos grupos diligentes. Ora, esta circunstância, ligada à esmagadora maioria de iletrados que ainda hoje caracteriza o país, nunca lhe permitiu diálogo efetivo com a massa, ou com um público de leitores suficientemente vasto para substituir o apoio e o estímulo das pequenas *élites*” (CANDIDO, 1965, p. 101).

¹¹ As riquezas materiais não deixavam de ser contabilizadas, junto ao que se chamou de “progresso intelectual”, pelo orgulho que animava tais colonos: “Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam [os brasileiros], não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar [...]. Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos da coroa portuguesa” (ABREU, 2000, p. 173). Em outro texto, o historiador cearense explica que “o estado mental de um povo depende de seu estado econômico, não só nos primeiros tempos em que a acumulação da riqueza é que torna possível a acumulação do pensamento, como nos tempos posteriores” (ABREU, 2005, p. 83).

metrópole, não só como produtor da riqueza [financeira], mas também como cooperador do progresso [!] intelectual” (LIMA, 1984, p. 186). Nas palavras de um desses inspirados cooperadores, ouve-se a consideração metropolitana pelas riquezas de sua grande conquista:

Aquelas serras na aparência feias,
 – dirá José – oh quanto são formosas!
 Elas conservam nas ocultas veias
 a força das potências majestosas;
 têm as ricas entranhas todas cheias
 de prata, oiro e pedras preciosas;
 aquelas brutas e escalvadas serras
 fazem as pazes, dão calor às guerras.

(Alvarenga PEIXOTO, 1960, p. 35)

A circulação de mercadorias e de idéias ganharia novas intensidades nas relações entre a América Portuguesa e sua Metrópole. E não apenas no circuito restrito dessa relação colonial, visto que o pequeno país ibérico instaurara, na letra de um tratado (de Methuen, assinado em 1703), sua negociada submissão aos interesses econômicos da Inglaterra. Além disso, “o contrabando universalizado zombava de todas as medidas de repressão” (ABREU, 2000, p. 234), o que incluía idéias condenadas e livros proibidos. A consciência dos homens letrados nascidos no Brasil – filhos de portugueses em sua maioria, ocupantes dos quadros da magistratura quase todos, poetas de envergadura uns raros – convergia para a ambigüidade da sua época. “Assim, no momento em que os brasileiros se sentem espiritualmente mais vinculados ao Velho Mundo, é que começam a pensar em emancipar-se. E, em realidade, não para libertar-se da Europa, mas para ajustar-se melhor à sua imagem ideal e remota” (Sérgio Buarque Apud SODRÉ, 1976, p. 106). Não era a ocasião para libertar-se ou levantar-se – era restaurar a terra pelo “imagem ideal e remota” da Europa, por seu espírito.

Os filósofos franceses do “século das Luzes”, imaginando admirados a natureza americana e indignando-se com a opressão metropolitana que a pervertia, incitaram o surgimento de um “espírito de autonomia” (como o chama Oliveira Lima) entre nossos magistrados, proprietários de terras, letrados e poetas – “as cabeças

poderosas”, como se registrou nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Segundo a informação de Hannah Arendt, “o pensamento político dos *philosophes*, muito antes da eclosão de uma Revolução Americana [sic], estava sincronizado com os acontecimentos e instituições do Novo Mundo” (ARENDR, 1971, p. 214). Essa sincronia, porém, nem sempre descartava deturpações ou preconceitos. O pensamento político das americanas “cabeças poderosas” acompanhava esta sincronia, como num labiríntico jogo de espelhos. “Vinhão vindo os livros de França. Os ‘enciclopedistas’ tinham mais vassalões que o Rei” (CASCUDO, 1958, p. 16).¹²

Mas o espírito dos letrados setecentistas não tinha a proximidade necessária com a terra (da qual a mineração tinha “pervertido as cores”) e com sua gente (“bárbaros filhos destas brenhas duras”) para fazê-lo algo mais que “aéreas disposições”. Muitas vezes estavam, aqueles mineiros ilustres, em “desacordo com o meio” (ARARIPE, 1960, p. 267), obnubilados pela miragem civilizatória da rica e antiga Europa. O final daquele século parecia agravar “o debate entre a tirania e a liberdade, a ignorância e a cultura, a tradição e a revolução” (ANDRADE, 1995, p. 61). O que se encontrava, na Colônia, era “o letrado [que] permanecia distante da terra como da gente. Não participava, não sentia os seus problemas, do ponto de vista da criação artística” (SODRÉ, 1976, p. 107). Por vezes, os que participavam do debate perfilavam seu ânimo segundo o preceito, conhecido e citado pelos arcades mineiros, de Ovídio: “Vejo e aprovo as melhores coisas; sigo as piores” – que um deles glosava assim (em tradução quase literal): “É infelicidade que haja de confessar que vejo e aprovo o melhor, mas sigo o contrário na execução” (COSTA, 1996, p. 48).

¹² Kenneth Maxwell indica, por exemplo, o interesse dos *philosophes* pelo terremoto de Lisboa, sem que entãto reparassem a “notável reconstrução da cidade por Pombal. Sobre a nova Lisboa, eles eram assaz ignorantes; desse modo, a imagem de Portugal permaneceu fixada, como em Voltaire, como uma terra de catástrofes absurdas, atolada em superstições irracionais” (MAXWELL, 1996, p. 27-32). Refletindo sobre a recepção de Raynal na América, Roberto Ventura acrescenta: “A oposição entre a Europa e a América é decisiva para a formação da consciência moderna, tornando manifesta a ‘superioridade’ do ‘homem civilizado’ e a possibilidade de ‘progresso’ [...]. Ao mesmo tempo, o homem americano adquire uma significação histórico-filosófica pela imagem do reino da natureza, em que a liberdade e a moral universal se realizariam através da igualdade entre os indivíduos” (VENTURA, 1990, p. 170). A face dupla desse discurso, em torno da oposição entre Europa e América (apologia da natureza e vantagens da civilização), é conforme com a contraditória realidade da época.

*Quais são torpes? Quais honrados?
As mentiras viram lenda.
E não é sempre a pureza
Que faz celebridade...
Há mais prêmios neste mundo
Para o Mal que para o Bem.*

(Cecília MEIRELES, 1989, p. 158)

Era como se houvesse uma fatalidade do tempo a impor condições rigorosas às produções intelectuais e às arengas políticas da época – tão “cheias de moderação e sabedoria” (RAYNAL, 1993, p. 90). Historiadores e contemporâneos daquele século XVIII se referiram com frequência a esta fatalidade como sendo um contrapeso às responsabilidades individuais em jogo – o qual oprimia, com sua carga (simbólica) de convencionalismo, a gente branca da classe dominante (a massa populacional dominada sofria opressão bem mais concreta e física). “A culpa é do tempo mais do que do homem”, sugeriu Voltaire com seu costumeiro sorriso irônico (VOLTAIRE, 1978, p. 45). Os inquisidores da devassa instaurada contra os envolvidos na conjuração de Vila Rica apontavam, sem sombra de sorriso voltairiano, para as “circunstâncias do tempo” como a incitar os ânimos inconformados.¹³

Os ânimos – enérgicos, moderados ou apáticos – participavam de um jogo difícil. Afinal, como dissera o mesmo Voltaire, era aquela uma “época em que todos querem ter espírito, onde só se escreve para mostrar possuí-lo” (VOLTAIRE, 1978, p. 168). A poesia de roupagem neoclássica (com as formas poéticas que haviam se tornado valioso brinquedo cortesão) do momento era tributo, entre outros, dos mais usuais para tais demonstrações. Os que a manejavam traziam a marca das bucólicas leituras clássicas (ainda que tivessem sublimado a vinculação direta que havia entre

¹³ Os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* assim registraram a percepção dos perigos do tempo: “é certo que as circunstâncias do tempo mostram bem que o ânimo não era de falar hipoteticamente” (*Autos*, v. IV, p. 272). Um contemporâneo da conjuração também assinalara: “Se um atentado hipotético é um absurdo político; se um atentado especulativo, tendente à prática, segundo as leis pátrias é digno de morte em qualquer tempo; que se poderia esperar de um atentado concebido, delineado, se os tempos fossem perigosos?” (Frei José Carlos do Desterro, *Autos*, vol. 9, p. 96).

poesia e trabalho). O sentido e o valor do espírito, *capital simbólico* por excelência, dependiam do adequado conhecimento das práticas sociais pelos “bons vassalos” e do esperado reconhecimento pelos seus ilustrados chefes:

O capital simbólico que faz com que reverenciemos Luís XIV, que lhe façamos a corte, com que ele possa dar ordens e que essas sejam obedecidas, com que ele possa desclassificar, rebaixar, consagrar etc., só existe na medida em que todas as pequenas diferenças, as marcas sutis de distinção na etiqueta e nos níveis sociais, nas práticas e nas vestimentas, tudo o que compõe a vida na corte, sejam percebidas pelas pessoas que conhecem e reconhecem, na prática (que incorporam), um princípio de diferenciação que lhes permite reconhecer todas essas diferenças e atribuir-lhes valor [...]. O capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento (BOURDIEU, 1996, p. 149-150).

Atingir o nível da justa medida do espírito, este *capital simbólico*, sem incorrer em excesso ou carência, sem ir além ou ficar aquém daquilo que uma arte do cálculo deveria fixar, em matéria tão pouco mensurável, pressupunha uma sutil negociação. “Diz-se que os mestres da dança fazem mal a reverência porque querem fazê-la muito bem” (VOLTAIRE, 1978, p. 170), mas deixar de dedicá-la a quem por direito natural deverá reconhecê-la em seus bons vassalos (em suas obrigações de vassalagem)¹⁴ é falta que não se perdoa, muito menos em época de ânimo inquieto – diriam. A conveniência, esta arte de medir (Platão a enunciara com aquele nome, e sob este propósito), era o termo para a justa medida do espírito.

Acertar a justa medida da conveniência era quiçá possível, em condições favoráveis (como haveria, provavelmente, na corte de Luís XIV), já que a época não era nem um pouco desprovida de convenções a legislar gestos, versos e espíritos. Mas, em contextos coloniais, raramente há condições favoráveis para algo que não se reduza ao abuso de poder. A dilatada distância entre o ponto irradiador de comando e o espaço em que deveria ser aplicado geralmente rasurava a letra das instruções

¹⁴ Eis o modelo: “A coleção pois das leis, que Deus infundiu no homem para o conduzir ao fim que se propôs na sua criação, é ao que vulgarmente se chama Direito Natural, ou Lei da Natureza, porque elas nos são naturalmente intimadas por meio do discurso e da razão. Mas estas leis não são o bastante para sossego e quietação do homem. Sim, ele perdeu a justiça e a inocência com o pecado do primeiro pai. Daqui se seguiu a sua dissolução” (GONZAGA, 1957, p. 16). O fatalismo estava dado, desde o primeiro pai – há mesmo de se prezar o cativo, anunciava um pastor arcádico. O Cacambo de Voltaire, no *Cândido*, abrevia: “Senhores [...], imaginam que hoje irão comer um jesuíta. Está bem. Nada mais justo do que tratar assim aos inimigos. Com efeito, o direito natural nos ensina a matar o próximo e é assim que se age em toda a terra” (VOLTAIRE, 2007, p. 61).

régias. Essas, que já por si eram abusivas e sufocantes, encontravam nos agentes que as deveriam aplicar detidamente seus maiores e primeiros perversores. Interpretá-las como melhor indicassem seus interesses era seu privilégio particular e secreto.

Que direi do soberbo, do vaidoso,
Do colérico, e de outros vários monstros,
Que freio algum não conhecendo, passam
A sustentar no autorizado cargo
Tudo quanto a paixão lhes dita, e manda!

(Cláudio Manuel da COSTA, 1995, p. 44-5)

No caso específico do Brasil, colônia de dimensões continentais, separado pelas águas de um oceano de sua minúscula metrópole peninsular (sem que esta desfrutasse da autonomia política propriamente metropolitana), esse acerto dependia de cálculo complexo e arriscado: “Infeliz [...] de quem habita / Conquistas do seu dono tão remotas” (GONZAGA, 1995, p. 118). Os homens de letras, os magistrados e demais funcionários da administração colonial buscaram esse acerto para desfrutarem de reconhecimento intelectual e, antes de tudo, de alguma estabilidade social. Afinal, foi aquela uma “época em que o amor aos poderosos passava, não raro, por ser uma pedra de toque das almas bem formadas” (HOLANDA, 2000, p. 132). E o exercício do verso, muitas vezes bajulatório, “era a sabatina do homem formado” (SODRÉ, 1976, p. 123). Um poeta mineiro desses tempos, tributando versos a d. José I, concluía: “O amor da vossa glória foi quem me fez poeta” (ALVARENGA, 2005, p. 37).

Obviamente, tintas assim carregadas não estiveram na paleta de todos os pintores que traçaram alguma apresentação do século XVIII. François Guizot (1787-1874) e Auguste Comte (1798-1857), por exemplo, concordaram em considerá-lo o *século excepcional*. Como pensadores franceses, tinham suas razões para convergirem opinião: “É quando a França retoma a sua hegemonia medieval, influenciando de novo na mentalidade e na sociabilidade da Europa, pelos livros e pelas modas elegantes” (BRAGA, s/d, p. 11). Mas é também quando, ao final do século, a revolução francesa encerra a mesma hegemonia medieval e desbrava caminho para “os princípios e doutrinas de uma igualdade civil, e [para se] destruir os

governos monárquicos” (*AUTOS*, 2002, p. 221) – princípios e doutrinas que por vezes resultariam em combinações sinistras.

A perspectiva da qual se observam eventos, personagens ou épocas (seja ela deliberada ou acidental) determina a aparência do que se observa. E essa perspectiva não é exclusivamente espacial ou política, estética ou econômica. Os testemunhos do momento aqui rastreado, como o de Voltaire, são indícios de menor ou maior acerto com o reconhecimento dos poderosos e seu conseqüente lucro simbólico (ou seu prejuízo, suposto ou positivo). Se é certo que “a vida de Voltaire foi uma série de triunfos e humilhações” (SARTRE, 2004, p. 80), não é menos verdadeiro que uns e outros lhes foram concedidos ou imputados por agentes reais com quem conviveu. Houve, ao lado da culpa do tempo (se ela de fato existiu), a deliberação de homens mais ou menos conscientes do comércio do capital simbólico de então.¹⁵

Grande parte da produção literária do tempo, em Portugal ou na sua imensa conquista americana, muitas vezes proporciona a impressão de ter sido cunhada pela mesma e única forja – ainda que circunstâncias tão diversas marcassem cada um desses lugares (e houvesse mesmo poetas tão interessantes como Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga). Na Colônia, a prosa é ainda produto raro, quase inexistente; na Metrópole, pontificam uns poucos doutrinários das “Luzes” em meio à chusma de poetas. “Literatura e poesia eram sinônimos, e todos se julgavam no dever de prestar homenagem às musas. Quando não no direito” (SODRÉ, 1976, p. 121). Dever ou direito, pouco importa, o molde neoclássico é que dava o tom, tudo servia à demonstração de espírito e de subserviência: “a poesia era então um produto impessoal, fruto da aplicação de regras retóricas amplamente difundidas e acatadas com rigor” (FURTADO, 1995, p. 11-2).

A literatura luso-brasileira daqueles dias sufocava, com a língua de fora, estrangulada pela corda das regras retóricas que mais se apertava a cada volta do garrote da bajulação a demonstrar espírito. Houve também uns raros casos de língua fora a evidenciar o mal-estar social e político, “convergindo para a máscara da

¹⁵ Montesquieu parece comentar a este respeito (deslocado de seu foco original): “Os que afirmaram que *uma fatalidade cega produziu todos os efeitos que vemos no mundo* disseram um grande absurdo, pois que maior absurdo do que uma fatalidade cega ter produzido seres inteligentes?” (MONTESQUIEU, 1973, p. 33).

náusea, antecipação do vômito, traduzindo a impressão causada pela presença do desafeto” (CASCUDO, 1968, p. 61), como foram os escritos de caráter satírico. A leitura dos versos que dão substância àquela literatura atualiza a sugestão de que a época impunha alguma fatalidade terrível (sobre a qual permanece a dúvida), contra a qual homens de espírito e talento se protegiam sob o disfarce da mediocridade – o que acabava por promover aquela mesma fatalidade. “É que [...] as palavras escritas, principalmente, dada a sua missão largamente decorativa [...] não pareciam feitas, naqueles dias, para traduzir as mais íntimas certezas e aspirações” (HOLANDA, 2000, p. 153). O poeta fingia desapareço para consigo e até mesmo o *engenho*, o *esforço* e a *arte* pareciam mesquinhos frente àquele que merecesse o tributo metrificado:

[...]

Tu, Musa, que ensaiada
 À sombra dos salgueiros,
 Esta inculta região viste animada
 Dos ecos lisonjeiros,
 Um novo empenho agora
 Comigo entoe a lira mais sonora.

As iras de Amarílis,
 De Lícida os extremos
 Basta já de cantar, basta de Fílis:
 Cousas dignas cantemos,
 Dignas pela grandeza
 De estampar-se dos cedros na dureza.

Para estender meu brado,
 Igual àquele empenho,
 Que eu concebo no assunto levantado,
 Não basta ao tosco engenho
 Nem esforço, nem arte,
 Se vós no canto meu não tendes parte.

[...]

(Cláudio Manuel da COSTA, 1996, p. 144).

Este pequeno decalque de composição bastante característica, no entanto, bem demonstra a consciência (ainda que embotada pelo atavio da “lira mais sonora”) da atuação individual no complexo jogo das relações sociais entre “as cabeças

poderosas”. Pagava-se com odes, sonetos e canções (moeda corrente entre poetas) o tributo por alguma celebridade adquirida entre os Maiorais de Portugal (maioral é o chefe dos pastores), conservando de tal maneira “o caráter quase feudal das relações de homem a homem” (SARTRE, 2004, p. 80). Vida literária e política, com seus personagens comuns, eram marcadas pelo “tom encomiástico, dificilmente sincero, na maioria dos casos, que se tornara habitual” (HOLANDA, 2000, p. 125). Hábito consciente e tacitamente aceito, diverso portanto da hipocrisia que marca as relações sociais contemporâneas.¹⁶

Como já dissera um renomado crítico da produção literária da época, “os homens são assim, e as circunstâncias da desgraça ainda os fazem piores” (LAPA, 1996, p. 552). Se são vis ou virtuosos, “depende infinitamente das circunstâncias em que [esses homens] se acham colocados (HELVÉTIUS, 1979, p. 198). E, como lembrava este mesmo pensador materialista do século XVIII acima citado, é preciso esperar bem pouco dos homens para que se possa ainda amá-los.¹⁷

Se a “mão invisível” do mercado de cunhagem liberal é grande força a se imiscuir de forma determinante na vida política e na produção cultural dos dias de hoje, em séculos passados (como no caso do XVIII), essa invisibilidade não teve correspondentes similares. Os agentes do poder político e cultural participavam de uma cena rigidamente hierarquizada, com papéis fixados em convenções tácitas ou explícitas – com variados graus de adesão, a elas mais ou menos conformes. No jogo

¹⁶ “Assim, questões atuais e relevantes como as da *persona* política, ou de sua equivalente literária [...] não se podem compreender sem a referência a um tempo em que o fingimento, admitido como rotineiro, era menos culpado; em que a dissimulação, vista com alguma inocência, ainda não havia deixado o plano da ação consciente, para se refugiar, como nestes duzentos anos [de 1789 para cá], no inconsciente” (RIBEIRO, 1993, p. 10). Critilo, o pretense poeta das *Cartas chilenas*, diria (na esteira de Camões): “Que os costumes se mudam com os tempos” (GONZAGA, 1995, p. 125).

¹⁷ A consideração é de Helvétius, que aproveita para fazer o elogio (comum à época) à indulgência dos sábios: “Para amar os homens é preciso esperar pouco deles: para ver os seus defeitos sem amargor é preciso acostumar-se a perdôá-los e sentir que a indulgência é uma justiça que a fraca humanidade tem direito de exigir da sabedoria” (HELVÉTIUS, 1979, p. 189). Logo adiante o pensador francês aponta para a indulgência geralmente pequena daqueles que detêm propriedade e riquezas em geral.

que se jogava então, os participantes não costumavam (por julgarem desnecessário) esconder a mão poderosa que movimentava as peças sobre o tabuleiro: as regras do jogo tornavam legítimos os gestos mais brutais e os lances mais desprezíveis. Essas qualidades ainda marcam lances e gestos do jogo atualmente em prática, mas exercido por cínicas figuras encobertas, que “atiram a pedra e escondem a mão”.¹⁸

No século XVII, as mãos nas quais se concentravam grandes e preciosos poderes eram ainda as de sacerdotes católicos. A literatura de então resumava idéias religiosas, presentes mesmo nos escritores seculares. O deus católico apostólico romano era o soberano maior, decerto que já bastante contestado, e a lei experimentava uma disputa com ele pela autoridade sobre os homens. Se um longo processo de secularização teve início com o Renascimento, e posteriormente com a Reforma, os golpes decisivos seriam consumados no século XVIII (já ensaiados no anterior). O típico anticlericalismo da ilustração francesa chegaria a partes diversas do mundo ocidental de maneiras também diversificadas: as peculiaridades dos ambientes coloniais do Novo Mundo revelariam resultados surpreendentes.

O século XVIII portanto testemunharia a passagem de vários dos privilégios antes detidos por clérigos às mãos ilustradas de magistrados. Os reis estavam agora sob a influência de dois soberanos: não mais preponderava sozinha a divindade católica sobre o imperante – a lei impunha sua regulamentação e limites razoáveis a príncipes e monarcas.¹⁹ Mas a estes a lei não apenas regulamentava, obviamente servindo-lhes também de instrumentos de poder. E o braço que colocava em funcionamento tais instrumentos era o dos régios (nem sempre retos) magistrados, civis jurisconsultos com os amplos conhecimentos jurídicos que convinha ao ofício.

¹⁸ A sugestiva expressão aparece na “Instrução e norma” do conde de Bobadela a seu sucessor no governo de Minas Gerais (citado em RIBEIRO, 1996, p. 16), redigida em 1752.

¹⁹ Paráfrase de discurso citado no verbete “Autoridade política” da *Enciclopédia*: “Persuadido de que os reis têm dois soberanos, Deus e a lei, de que a justiça deve presidir sobre o trono, de que a doçura deve se sentar a seu lado; de que sendo Deus o verdadeiro proprietário de todos os reinos e os reis apenas seus administradores...” (DIDEROT, 2006, p. 42). A descrição é genérica o bastante para encontrar exemplos que a contrariem: um dos poetas do nosso arcadismo defendia que os monarcas “não reconhecem superior senão a Deus e só ele é que pode conhecer dos seus insultos. Sim, o soberano quando peca, não peca como outro homem que peca para com Deus e para com o rei. Ele somente peca para com Deus e por isso não pode ser punido por outro que não seja Deus” (GONZAGA, 1957, p. 105). Algo que se coaduna com a influência das letradas sotainas, constantemente presentes na vida política do Brasil-colônia – o que Thomas Jefferson, informado por suposto agente da Inconfidência Mineira, desconhecia, escrevendo que “os sacerdotes [...] não parece que tomem grande parte na contenda” (Apud AMARAL, 2002, p. 274).

A figura do legislador era, para esses magistrados, das mais honradas e virtuosas. Como se considerava também grande mérito entreter comércio com as Musas e dedicar versos aos grandes do reino a que serviam. O XVIII substituiu o sacerdote literato do século anterior pelo magistrado literato:

De um excesso de fantasia descabelada vai cair-se num excesso de regulamentação racional, que em parte denuncia o domínio da expressão literária por juristas, filhos da burguesia feitos desembargadores, ou funcionários do ‘despotismo esclarecido’, a legislar sistematicamente para o Parnaso (LOPES, 1987, p. 635).

A razão passava a ser cantada como “o mais perfeito, o mais nobre e o mais delicado de nossos sentimentos” (MONTESQUIEU, 1973, p. 291), e a poesia não deixou de pagar tributo a tão virtuoso sentimento. O próprio autor de *Do espírito das leis* consagrava, em meio a suas reflexões jurídico-sociológicas, uma “Invocação às musas” (idem, idem). Tanto as lides da poesia como a composição das leis exigiam o competente manuseio das palavras, elemento essencial do ideal ilustrado daquele momento. “O estilo das leis deve ser simples [...]. Quando o estilo das leis é empolado, olhamo-las como obra de ostentação” (idem, p. 476). A simplicidade exigida para as leis era também exigência da poética neoclássica, que então reagia ao estilo empolado e sombrio dos modelos poéticos barrocos, recheados de um culteranismo alambicado, com frequência identificado à produção literária hispânica (principalmente a Gongora, chamado de “sombrio Espanhol”).²⁰ Um de nossos literatos brasileiros, que como tantos outros era graduado em Leis, assim dirigia-se a um confrade de Parnaso:

²⁰ No Brasil e na Metrópole setecentistas, afirma Sérgio Buarque, “o despojamento das complicações seiscentistas caminha paralelamente com o declinar das influências espanholas nas letras e o enaltecimento correspondente, não só dos quinhentistas portugueses como dos autores italianos mais recentes, e depois também dos franceses” (HOLANDA, 2000, p. 180).

[...]
 Teu Pégaso não voa furioso e desbocado
 A lançar-se das nuvens no mar precipitado,
 Nem pisa humilde o pó; mas por um nobre meio
 Sente a dourada espora, conhece a mão e o freio:
 Tu sabes evitar se um tronco, ou jaspe animas
 Do sombrio Espanhol os góticos enigmas,
 Que inda entre nós abortam alentos dissolutos,
 Verdes indignações, escândalos corruptos.
 [...]

(Silva ALVARENGA, 2005, p. 38)

Essa convergência de leis e literatura nas mesmas mãos deixou claras marcas na neoclássica produção poética do Arcadismo luso-brasileiro. Uma rápida leitura dos poemas de qualquer dos letrados que escreveram e viveram entre a América Portuguesa e sua Metrópole denuncia, pela presença recorrente de vocábulos relativos à magistratura, a convivência de Togas e Musas: freqüente é a ocorrência de palavras como lei, pleito, réu, beca, árbitro, Estado. Se Platão propusera que os filósofos fossem reis e os reis fossem filósofos, e lançara sobre os poetas seu estigma, aqui eles são duplamente valorizados (por si próprios) – não apenas pela competência poética e como pelo ilustrado manejo das leis. E este fato forçou a existência de um vínculo constantemente reatado entre encaminhamentos políticos e os padrões poéticos em vigor. Este vínculo apenas confirmaria a distância entre o aristocrático corpo político que mantinha o comando e a enorme massa de comandados. A poesia bucólica, que em suas origens apontou tantas virtudes da vida humilde e do trabalho e cultivo da terra, desde há muito se transformara em entretenimento cortesão de nobres – para o qual o poeta pintava paisagens vistas de longe.²¹

Se as leis e o corpo de magistrados que as aplicam pode ser considerado como uma espécie de instrumento repressivo e ordenador do Estado, a literatura setecentista luso-brasileira serviu a este corpo não só como entretenimento, mas como aparelho

²¹ Raymond Williams sugere nuances para a noção de bucolismo, que teria passado por depuração: “os pastores e ninfas que começaram a aparecer [a partir do século XVI, na Itália] são meros fantoches em um entretenimento aristocrático” (WILLIAMS, 1989, p. 38). Essa transformação aristocrática acabou por reduzir as atividades da lavoura a formas poéticas para entretenimento palaciano e por desvirtuar ideais do pensamento clássico, como era o de louvor da vida simples e vinculada a terra (na qual se aplicavam mãos trabalhadoras, mais tarde estigmatizadas): “De tanto os cortesãos bancarem pastores, acabou-se por concluir que os pastores originalmente eram aristocratas” (idem, p. 37). Quanto à noção de paisagem: “Raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem” (idem, p. 167).

ideológico e legitimador deste corpo. Frente a (ou acima de) uma maioria populacional analfabeta, forçada ao trabalho escravo degradante ou miseravelmente remunerada por sua força produtiva, não é preciso grandes esforços para imaginar a consideração que esses magistrados tiveram por si mesmos – e ainda o aspecto fabuloso com que se faziam ser vistos, “assim como fabulosos eram os mistérios da poesia” (*AUTOS*, 9, p. 162). “Quando a pena está nas mãos de bacharéis, altos funcionários ou grandes proprietários de lavras ou terras, torna-se mesmo poderosa” (SÜSSEKIND, 1983, p. 96): um destes maiores bem poderia dizer do poder de sua pena (que também decidia os *pleitos*) – “Quanto podem meus versos!” (GONZAGA, 1996, p. 591). E se alguns desses poetas teve por um momento idéias de libertação ou independência política, não é fácil supor que quisessem revolucionar uma estrutura social que oprimia a tantos, mas que afinal trazia-lhes lucros simbólicos ou pecuniários. Ou, quando muito, parecem ter incorrido no equívoco comentado por Simón Bolívar:

Los códigos que consultaban nuestros magistrados no eran los que podían enseñarles la ciencia práctica del Gobierno, sino lo que han formado ciertos buenos visionarios que, imaginándose repúblicas aéreas, han procurado alcanzar la perfección política, presuponiendo la perfectibilidad del linaje humano (Bolívar Apud RETAMAR, 2006, p. 29).

Araripe Júnior, escrevendo nos primeiros anos de nossa era republicana (1890), traçava um caminho curioso para a percepção que se tinha do movimento da Inconfidência Mineira. Logo no início do estudo que dedica a Tomás Antônio Gonzaga e à sua relação com as “práticas subversivas” duramente castigadas, registra a “instintiva filosofia” popular que chamara “a Inconfidência de *coisa fabulosa*, assim como uma *máquina* ou um artifício de poetas” (ARARIPE, 1960, p. 267). Depois de transcorrido um século, ficava atestado “o bom-senso do povo”, do qual a crítica, “sem a mudança de uma só letra”, tomava de empréstimo a consciência de que não houvera em Vila Rica quaisquer “causas suspeitas” ou “misteriosas formações” incriminatórias. Afinal, deduzia Araripe, “a limpidez da época e a pouca

complexidade do meio” impossibilitava a existência de tais *causas* ou *formações*. Tudo não passara, segundo a fórmula conclusiva do crítico cearense, de uma “*fábula dramatizada*”.

É relevante notar nestes passos a significação variada que a idéia de *fábula* apresenta. Se a crítica tomara para si aquilo que o “povo em sua instintiva filosofia” designou por *fabuloso*, “sem a mudança de uma só letra”, não se pode dizer que o sentido tenha permanecido intocado na passagem de uma parte a outra. Muito pelo contrário: aquela percepção popular referida por Araripe Júnior ornamentava um enredo real de todos os dias – a constante vigilância de aparelhos repressivos do Estado colonial sobre a população (vigilância cotidiana, mas que surpreendera ao colher ilustres figuras em suas redes); enquanto a crítica (de que Araripe Júnior é tributário) chamaria de *fabulosa* nada mais que um enredo desprovido de qualquer complexidade ou consistência (numa redução por vezes simplista da época). O bom-senso do povo era bem diverso do bom-senso da crítica em questão.²²

O que os testemunhos de coetâneos daquele logrado “artifício de poetas” deixa supormos é que a aura do *fabuloso* não encobria uma narrativa de aparência simplória ou inconsistente: afinal pessoas de alta graduação e status social haviam sido inculpadas, e seu crime castigado para a alta glória de uma real, e meio louca, soberana; punia-se portanto um misterioso crime, do qual não havia detalhes, algo certamente maior e mais elevado que o burburinho cotidiano do povo nas ruas. Fossem desclassificados ou sem quaisquer valimentos aqueles a quem se castigava, dificilmente restariam “misteriosas formações” sobre as quais se debruçar:

Não há memória para aqueles a quem nada pertence. Tudo o que se trabalhou, criou, lutou, a crônica da família ou do indivíduo vão cair no anonimato ao fim de seu percurso errante. A violência que separou suas articulações, desconjuntou seus esforços, esbofeteou sua esperança, espoliou também a lembrança de seus feitos (Ecléa Bosi Apud SÜSSEKIND, 1983, p. 5).

²² Essa divergência me remete novamente a uma indicação de Raymond Williams sobre a percepção crítica do século XX a respeito do bucolismo, o qual passara por transformação aristocrática (referida em nota anterior): transformação “tão avassaladora [...] que o significado moderno comum do bucólico, no discurso crítico de escritores do século XX, é derivada dessas formas [palacianas], e não da substância original nem de seus sucessores mais importantes” (WILLIAMS, 1989, p. 37).

Portanto, ao contrário do que pode pensar o observador contemporâneo que se impressiona de pronto com o excessivo número de convenções de uma determinada época, ela dificilmente se apresentará com *limpidez* a seu historiador. Poderá mesmo aparentar tal transparência, que uma investigação minimamente genealógica desmentiria. Quando o espaço geográfico em que essa época se desenrola é movimentado por interesses reais diversos, projetos políticos equívocos e idéias afetadas, qualquer observador atento terá dificuldade em demonstrar (mesmo que seja esse o seu propósito) “a pouca complexidade do meio”. As Minas Gerais setecentistas, aliás, conviveram freqüentemente aterrorizadas pela ameaça de levantes e sedições, reações violentas de negros quilombolas e assaltos de indígenas ainda não dominados por operações civilizatórias, e sua densa constituição social mantinha governantes e poderosos em constante estado de alerta. Tensões sociais como essas, assim como muitas das atuais, são constantemente sublimadas por muitos dos agentes do poder estabelecido pela lei.²³

As capitanias com maior desenvolvimento econômico ao final do século XVIII, como Minas Gerais e Pernambuco, constituem exemplos de meios muitíssimo complexos em época nada límpida. A riqueza desses espaços e a pobreza que acerca dela se mantinha proporcionaram condições para desenvolvimento cultural também complexo. Com uma produção cultural condicionada pelas tantas convenções (ideológicas e estéticas) da época, a relação dessa produção com a atividade material e com o comércio material dos homens é muitas vezes enganadora e escorregadia. O funcionamento do aparelho colonial não costuma apresentar-se de modo diverso. O que se dirá a respeito de uma colônia cuja metrópole mantém vínculos de subserviência econômica, política e cultural com outras potências européias, num jogo de equilíbrio difícil?

²³ “A situação explosiva da capitania tornara-se evidente não apenas para os governantes, para quem a continuidade da dominação colonial exigia urgência em encontrar soluções. Os escravos negros são protagonistas do *Canto genético* de Alvarenga Peixoto [...]. Se os negros se sublevassem ou se os vadios tivessem consciência de seu peso, voaria em estilhaços o mundo restrito dos homens brancos, entre os quais se achavam os inconfidentes” (MELLO E SOUZA, 1992, p. 362). Tudo indica que poderíamos dizer, aproveitando a expressão de um poeta diante da alçada, que a ocasião “não estaria em ponto de tanta simplicidade” (Alvarenga Peixoto, *AUTOS*, IV, p. 131).

Portanto, medir o grau de complexidade da época pela baliza das composições literárias neoclássicas é fatal engano. “Há nelas [composições literárias] um fervor afetado, como há uma naturalidade e uma simplicidade afetadas” (HOLANDA, 1991, p. 181). E afetação poética misturada a interesses políticos ambivalentes é receita que resulta provavelmente em “drama mutilado”, como sugeriu Sílvio Romero (ROMERO, 1980, p. 448), mas certamente rocamboloso. Das arengas políticas – afetadas algumas pela eloquência de filosofemas do Iluminismo, outras “pelo torpe fanatismo da adulação” que grassava na pequena e opulenta sociedade de Vila Rica (*Autos*, 9, p. 253) –, não surgiria também metro confiável. Composições literárias e arengas políticas igualmente tecem o que há de complexo neste enredo americano.

Descartada a possibilidade de limpidez na compreensão do meio e da época sugeridos, resta adotar o andamento de adágio que propõe Sérgio Buarque de Holanda, “sem o qual mal se poderá notar como nela chegam a enlaçar-se as idéias, os sentimentos ou os atos dos homens” (HOLANDA, 1991, p. 177). Por isso, a necessidade de apreender com vagar, tentando “moderar-lhe o ritmo”, a *coisa fabulosa* que esteve no centro da Conjuração Mineira.

O interesse de semelhante investigação seria tanto mais considerável para os brasileiros, quanto no século XVIII, ainda melhor do que no Seiscentos – que a atual [1955!] moda do Barroco tendeu a valorizar –, parecem situar-se as legítimas nascentes de diversas manifestações que, particularmente na esfera intelectual e sobretudo na literatura, se ostentam até os dias de hoje (HOLANDA, 2000, p. 179).²⁴

²⁴ Entre Sain-Just e Capistrano de Abreu, fico com este último: não pretendo colocar o século XVIII em qualquer Panteon. Mas concordo com a indicação, sugerida acima por Sérgio Buarque, de que nele houve importantes nascentes de manifestações da cultura literária (e também política): “o nosso Estado se pauta pelo espetáculo e, embora os recursos utilizados pouco se assemelhem aos da antiga realeza, os princípios a reger a sua teatralidade conservam-se, mais ou menos, os mesmos – impressionar o comum dos homens, conquistar seu respeito e obediência, em suma, reduzir o cidadão a espectador” (RIBEIRO, 1993, p. 10). De maneira mais genérica, Antonio Gramsci sugeria: “deve-se jogar fora o passado? Deve-se jogar fora aquilo que o presente criticou ‘extrinsecamente’ e aquela parte de nós mesmos que a isto corresponde? O que significa isto? Que nós devemos ter consciência exata desta crítica real e dar-lhe uma expressão não só teórica, mas *política*. Ou seja, devemos ser mais presos ao presente, que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e de sua continuação (e de seu reviver)” (GRAMSCI, 2001, p. 95). Ontem como hoje, o espetáculo fantasia a política, sublimando seus personagens, mas não pode de fato substituí-la.



A poderosa mão destra – bem que sinistra – de Pombal aponta domínios seus
(Óleo de Louis Michael Van Loo, 1766)